

O esporte como recomeço



» ANDRÉ FUFUCA
Ministro do Esporte

educação e esporte no território.

Ao mesmo tempo em que o nosso esporte paralímpico de alto rendimento desenvolveu-se e passou a disputar as primeiras posições em competições internacionais, a realidade cotidiana das pessoas com deficiência ainda é marcada por barreiras de acesso a práticas esportivas com finalidade de reabilitação, saúde e inclusão. O trânsito e a violência urbana produzem, ano após ano, milhares de pessoas com deficiência, enquanto as deficiências congênitas e os diagnósticos de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) crescem de forma consistente.

O caminho que estamos construindo passa por levar a prática esportiva para dentro dos Centros Especializados em Reabilitação (CERs) do SUS e conectá-la, de forma orgânica, a entidades de prática paradesportiva para que possamos garantir a continuidade da formação de atletas campeões e, acima de tudo, garantir o direito do acesso a práticas esportivas para as pessoas com deficiência.

Foi com esse compromisso que demos um passo histórico. O Ministério do Esporte lançou, neste mês, o Programa Vencer pelo Esporte, que estrutura uma política pública capaz de integrar cuidado, inclusão e desenvolvimento esportivo. Firmamos um acordo que permite a atuação direta do Ministério do Esporte no Contrato de Gestão do Ministério da Educação (MEC) com o Instituto Santos Dumont. Na prática, isso significa que o esporte agora está inserido na Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência do SUS como política pública integrada entre educação, saúde e esporte, baseada em dados científicos, realizada com planejamento, monitoramento e com objetivo claro: mudar a

realidade do esporte para a pessoa com deficiência e, consequentemente, iniciar um movimento de transformação da sociedade. Essa é uma mudança de paradigma.

Temos atualmente 342 Centros Especializados de Reabilitação, distribuídos por todas as regiões do país. Trata-se de uma infraestrutura robusta. No entanto, apenas cerca de 12% dessas unidades utilizam o esporte de forma estruturada. Esse dado revela o tamanho da oportunidade que temos diante de nós e também a urgência de agir.

O acordo de cooperação técnica entre os ministérios do Esporte e da Saúde fortalece o cuidado intersectorial e amplia o uso do esporte e da atividade física na reabilitação, inclusive para pessoas com TEA. A iniciativa inclui formação de profissionais, produção de conhecimento, definição de indicadores e apoio a programas já em curso em todo o país.

A partir de agora, esporte, saúde e educação atuam de forma integrada em um projeto comum, com o Instituto Santos Dumont como polo de formação, inovação e acompanhamento. Não se trata mais de discurso e, sim, de política pública concreta, com impacto direto na vida das pessoas.

Quando o esporte entra na reabilitação, ele não transforma apenas indicadores de saúde. Ele transforma trajetórias, amplia horizontes e muda a forma como a sociedade enxerga a pessoa com deficiência. Esse é o Brasil que queremos construir: um país que reconhece o esporte como ferramenta de inclusão, dignidade e oportunidade. Temos todas as condições de dar esse salto. E começamos. Porque o esporte, no Brasil, não é apenas competição. É também recomeço.

» FÁBIO ARAÚJO

Secretário Nacional do Paradesporto

O Brasil já provou ao mundo sua força no paradesporto. Graças ao planejamento cuidadoso nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos em Milão-Cortina 2026, consolidamos nosso lugar entre as grandes potências, com recordes, medalha e novos talentos surgindo a cada ciclo. Esse é um patrimônio do país. Mas, enquanto o alto rendimento avança, ainda não somos, na mesma proporção, uma potência em esporte para reabilitação. Essa diferença revela um enorme espaço que precisa ser ocupado por meio de uma política pública estruturada com planejamento e ação coordenada.

O Brasil é a única potência paralímpica, entre as 20 maiores, cuja formação de atletas não está diretamente ligada aos centros de reabilitação de pessoas com deficiência. Esse dado histórico é central para entender a nossa situação. Enquanto muitos países estruturaram o paradesporto a partir de centros de reabilitação e programas militares, no Brasil a trajetória foi inversa: a alta performance chegou antes da integração plena entre saúde,

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Cartórios sentem reflexos discretos da semana santa



» RUYARD RIOS
Juiz de Paz pelo TJDF

ao recolhimento, à revisão de vida e à busca de coerência interior, muitos casais se deparam com uma pergunta incômoda: a forma como vivemos corresponde àquilo em que acreditamos? Não se trata de uma exigência jurídica, tampouco de uma pressão social explícita, é um tipo de desconforto mais profundo, que nasce do confronto entre convicções pessoais e práticas cotidianas.

Nesse contexto, o casamento civil, frequentemente reduzido a um ato burocrático, volta a adquirir uma dimensão simbólica relevante. Ele deixa de ser apenas um instrumento técnico de formalização de vínculos e passa a representar, para alguns, um gesto de alinhamento entre vida e crença. Não é o Estado que atribui esse significado, é o indivíduo que o ressignifica.

Não há, é verdade, dados oficiais que indiquem aumento expressivo de casamentos civis em razão da semana santa. Os fatores que mais impactam as estatísticas continuam sendo de natureza econômica, cultural e normativa. O custo de vida, as transformações nos modelos de relacionamento, a maior aceitação social de arranjos não formalizados e as facilidades jurídicas introduzidas nos últimos anos exercem influência muito mais direta sobre os números.

Mas limitar a análise ao que é mensurável talvez seja ignorar um aspecto essencial do fenômeno; o direito registra atos, a vida, contudo, é movida por motivações que nem sempre se deixam quantificar.

Na prática, o que se observa é um fluxo contínuo, ainda que discreto, de pessoas que buscam o

cartório não por imposição externa, mas por uma necessidade interna de coerência. Alguns desejam acessar plenamente a vida religiosa. Outros pretendem apenas reduzir a distância entre aquilo que professam e aquilo que vivem. Há, ainda, aqueles que sequer vinculam sua decisão a um rito religioso específico, mas que reconhecem no casamento civil uma forma de conferir estabilidade e sentido a uma relação já existente.

Como juiz de paz, essa realidade não se apresenta em números, mas em histórias. É possível perceber, especialmente em períodos como a semana santa, um tipo de decisão que não nasce da urgência jurídica, mas de um incômodo silencioso, quase espiritual. Casais chegam ao cartório não para cumprir uma formalidade, mas para resolver uma incoerência íntima, como se o ato civil fosse, ao mesmo tempo, uma resposta à lei e à própria consciência.

O ponto mais provocativo talvez seja este: em uma época marcada pela valorização da autonomia individual e pela relativização de estruturas tradicionais, ainda há quem recorra ao Estado não para se libertar de vínculos, mas para reafirmá-los. Não por obrigação, mas por escolha consciente.

A fé, nesse cenário, não atua como força estatística capaz de alterar significativamente os índices nacionais; sua atuação é mais sutil e, justamente por isso, mais profunda. Ela não movimenta massas, move indivíduos e, quando essa movimentação ocorre, o caminho, ainda que inesperadamente, continua passando pelo cartório.

Engravidar exige mais do que olhar somente a idade



» VICKIE WHITE
E CINDY WHITE
Ginecologistas, obstetras e especialistas em reprodução assistida e fertilidade

Existe uma pergunta que escutamos com frequência na clínica, nas consultas e até nos encontros de família: “Doutora, ainda dá tempo?”. Curiosamente, essa pergunta também já ecoou entre nós. Somos médicas, ginecologistas, obstetras e especialistas em fertilidade.

Passamos anos explicando para pacientes como funciona a biologia da reprodução. Ainda assim, o discurso frequentemente assume um tom quase definitivo. O chamado “relógio biológico” tornou-se um marcador cultural tão poderoso que ultrapassa o debate científico e se transforma em pressão social.

E, durante muito tempo, a fertilidade da mulher foi reduzida a um número. Aos 35 anos, acende-se um alerta. Aos 40, vem a urgência. Depois disso, o discurso frequentemente assume um tom quase definitivo. O chamado “relógio biológico” tornou-se um marcador cultural tão poderoso que ultrapassa o debate científico e se transforma em pressão social.

No entanto, a vida real e a medicina são muito mais complexas. Decidir quando engravidar é uma das decisões mais profundas da vida. Envolve biologia sim, mas também carreira, estabilidade emocional, contexto financeiro, relações afetivas e projeto de vida. Reduzir essa escolha a uma conta matemática baseada apenas na data de nascimento é ignorar a sofisticação que a própria medicina reprodutiva alcançou.

Os números ajudam a entender o cenário. Dados globais indicam que a infertilidade afeta cerca de uma em cada seis pessoas em idade reprodutiva ao longo da vida. Ao mesmo tempo, observamos um adiamento progressivo da maternidade em diversos países. Esse contexto produz dois efeitos delicados. Para algumas mulheres, surge uma ansiedade precoce. Para outras, instala-se uma falsa segurança baseada em médias populacionais que não necessariamente refletem a realidade individual.

Do ponto de vista médico, é verdade que a idade influencia a fertilidade feminina. Com o passar dos anos, ocorre uma redução gradual da reserva ovariana e uma diminuição da qualidade dos óvulos. Essa é uma realidade biológica incontornável. Mas a fertilidade não é definida apenas pelo número de aniversários celebrados.

Na prática clínica, vemos todos os dias mulheres da mesma idade apresentando cenários reprodutivos completamente diferentes. Algumas possuem excelente reserva ovariana e boa qualidade ovocitária; outras, mais jovens, apresentam redução significativa desses parâmetros. A biologia humana é profundamente individual.

Quando decisões reprodutivas são baseadas apenas em estatísticas gerais, perde-se justamente aquilo que a medicina moderna mais valoriza: a personalização do cuidado.

É nesse ponto que os avanços tecnológicos começam a transformar a conversa. Nos últimos anos, a incorporação da inteligência artificial (IA) à medicina reprodutiva abriu novas possibilidades de análise e planejamento. Em contextos como fertilização in vitro e congelamento de óvulos, ferramentas baseadas em IA são capazes de avaliar características morfológicas dos óvulos a partir de imagens obtidas em laboratório e gerar estimativas relacionadas ao potencial de desenvolvimento embrionário.

Tecnologias desenvolvidas por healthtechs utilizam algoritmos cientificamente validados para transformar imagens microscópicas em relatórios interpretáveis, oferecendo dados adicionais que auxiliam médicos e pacientes na tomada de decisão. É importante destacar: essas ferramentas não substituem a avaliação médica e tampouco eliminam as incertezas naturais do processo reprodutivo. O que elas fazem é acrescentar uma camada objetiva de informação personalizada, algo que vai muito além da simples contagem de anos no calendário.

Por isso, no Mês da Mulher, falar sobre fertilidade é inevitavelmente falar sobre autonomia. Liberdade reprodutiva é poder de escolha. E escolha verdadeira só existe quando há informação, acesso à ciência e espaço para decisões alinhadas ao projeto de vida de cada mulher. Porque, no fundo, o que a medicina moderna busca não é determinar o momento certo para engravidar, mas oferecer ferramentas para que cada mulher possa decidir com mais consciência.

E há uma verdade que repetimos frequentemente às pacientes e que também ecoa em nossas vidas: antecipar decisões amplia possibilidades e preserva autonomia. Talvez, essa seja a mensagem mais importante deste Mês da Mulher. A idade continua sendo um fator relevante. Mas, no século 21, decidir sobre fertilidade exige algo muito maior do que apenas olhar o calendário.